

MARCO MACIEL

MISSÃO DA UNIVERSIDADE

BRASÍLIA — 1990

MARCO MACIEL

MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Brasília — 1990

O Autor

Marco Antonio de Oliveira Maciel é pernambucano do Recife, nascido a 21 de julho de 1940. É casado com a socióloga Anna Maria Ferreira Maciel, com quem tem três filhos.

Graduou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, em 1963, sendo advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco e tendo exercido a profissão no Fórum da Capital pernambucana.

Marco Maciel foi estudante de ativa participação, eleito duas vezes presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), posto máximo da representação estudantil do Estado.

Professor de Direito Internacional Público, na Universidade Católica de Pernambuco, tem, igualmente, ministrado aulas em diversas instituições de ensino superior do País. Em 1969, esteve em Harvard fazendo curso de extensão sobre instituições americanas.

Governou o Estado de Pernambuco de 1979 a 1982.

Eleito Senador da República em 1982, antes de licenciar-se, atendendo à convocação do Presidente Tancredo Neves para ser o Ministro da Educação na Nova República, foi membro das Comissões de Relações Exteriores e de Assuntos Regionais e suplente da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Presidiu também a Comissão Especial Mista incumbida de programar a passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

Morto Tancredo Neves, Marco Maciel foi confirmado como Ministro da Educação pelo Presidente José Sarney, que, em fevereiro de 1986, na reforma do ministério, nomeou-o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Algumas Considerações sobre Organizações Internacionais: a ONU* (1969), *Missão do Político* (1970), *O Mar de 200 Milhas e o Desenvolvimento Nacional* (1971), *Partidos Políticos* (1971), *Algumas Considerações sobre Atribuições do Congresso Nacional na Emenda Constitucional nº 1 de 1969* (1971-72), *Um Conceito do Direito Internacional* (1972), *Discursos* (1972), *Corredor de Exportação para o Nordeste* (1972), *A Ferrovia como Instrumento de Desenvolvimento Nacional* (1973),

Regiões Metropolitanas (1973), *Nordeste: Atualidades e Perspectivas* (1975), *Temas Nacionais de Interesse Regional* (1976), *O Programa Nuclear como Exigência do Desenvolvimento Nacional* (1977), *O Poder Legislativo e os Partidos Políticos no Brasil* (1977), *A Universidade e o Aperfeiçoamento Democrático* (1977), *Educação e Liberalismo* (1978), *Vocação e Compromisso* (1982), *Cem Anos de República* (1983), *Nordeste: o Semi-árido* (1983), *Reforma Tributária* (1983), *Sucro-Álcool-Química Nova Fronteira Econômica* (1983), *Simplificação das Leis* (1983), *Frente Liberal: Proposta e Partido* (1985), *Idéias Liberais e Realidade Brasileira* 1989).

Um novo modelo para a universidade brasileira

O papel político a ser exercido pela universidade deve ser, como em todas as democracias, o de também praticar a reflexão crítica sobre a organização da sociedade.

A universidade brasileira não tem uma, mas sim várias missões a cumprir. A sua experiência é ainda muito recente para que nos desestimulemos ante as naturais dificuldades por que passam instituições universitárias, e o próprio País.

É indiscutível que a universidade representa um instrumento da mais importante valia nos processos de transformações sociais, mercê de sua capacidade criativa e de seus compromissos com a verdade. Isso, contudo, não justifica a pretensão de querer transformá-la em agente exclusivo de mudanças políticas — tarefa que o regime democrático reserva aos cidadãos, individualmente, enquanto participantes desse processo, e às instituições políticas, coletivamente.

A universidade democrática

O papel político a ser exercido pela universidade, portanto, deve ser, como em todas as democracias, o de também praticar a reflexão crítica sobre a organização da sociedade. Esse papel crítico, porém, só poderá ser fecundo e criador se a universidade for capaz de assegurar, tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera de sua própria administração, os princípios fundamentais

do pluralismo democrático, da divergência ideológica, da liberdade de convicção e da transmissão do saber.

É preciso entender como legítimas as discussões e as postulações relativas ao próprio modelo universitário que temos de adotar na obra de restauração democrática que empreendemos. Uma e outras, no entanto, não podem dissociar-se de duas condições necessárias à própria sobrevivência da universidade.

A primeira é a de que ambas não podem se dar à margem da lei — primado intelectual da organização em todas as esferas de atividade humana. Lei não apenas como expressão da justiça, mas sobretudo como fundamento do saber, do conhecimento organizado e da própria ciência.

A segunda, é a de que nem a discussão, nem a postulação — autênticas e indispensáveis à própria renovação do ensino em todos os seus níveis — podem preterir os compromissos com a qualidade, com a valorização do mérito e com a ampla democratização, visando assim melhor padrão de formação humanística para todos os seus agentes.

A universidade e o meio

O engajamento da universidade com o seu meio deve percorrer os caminhos largos e promissores de um comprometimento sem preconceitos com as carências e as aspirações de toda a sociedade. Os instrumentos para se atingir esse desejável objetivo, que só enriquece a experiência universitária, tornando-a mais combatente e menos compassiva com as injustiças, estão ao seu alcance, tanto através das atividades de extensão, que devem ser desenvolvidas em benefício de toda a comunidade, quanto por um crescente aprimoramento da pesquisa nas mais diferentes modalidades, de que há tantos e tão promissores resultados.

E mais. Tanto importante quanto essas duas vias, parece-me claro que o Governo, a comunidade acadêmica e a própria sociedade devem buscar, em esforço conjunto, a elevação dos padrões educacionais do País, em todos os níveis e em todas as circunstâncias.

A cidadania ativa

Não basta lamentarmos nossas deficiências ou diagnosticarmos nossos males. Muito mais que isso, temos que realizar um esforço consciente, permanente e articulado para que cada um se comprometa com o melhor, mais produtivo, mais moderno e mais correto critério no padrão educacional que proporcionamos à sociedade a que servimos. Enfim, o direito à educação deve ser sempre visualizado como um dos pressupostos daquilo que o moderno pensamento liberal chama de cidadania ativa, pois o exercício dos direitos políticos está estreitamente ligado à educação.

Intercâmbio

A participação de todos os segmentos e de todos os agentes que compõem a comunidade universitária é, sem dúvida, indispensável à democratização da vida universitária. Mas isso não justifica que se pretenda transformar a universidade numa instituição inteiramente dissociada do meio em que se insere e a que deve servir.

É indispensável estimular um intercâmbio constante e sistemático, entre universidade e comunidade, para o melhor e o mais racional aproveitamento de nossos ainda escassos recursos humanos. Os cérebros mais qualificados e as aptidões mais provadas em determinadas áreas do conhecimento devem contribuir para elevar os níveis de todo o meio universitário brasileiro.

As várias missões da universidade brasileira

Há, portanto, um enorme campo de atuação, um permanente desafio e uma diversificada gama de exigências colocados em nosso futuro. A universidade brasileira não tem, portanto, uma, mas sim, várias missões a cumprir. Isto não justifica, porém, que nos abandonemos às nossas próprias desilusões. A experiência universitária brasileira é ainda muito recente para que nos desestimulemos ante as naturais dificuldades que não só as instituições universitárias, mas o próprio País, vive.

Como superar as dificuldades

Não temos que nos deter nos erros do passado sem que antes nos debrucemos sobre os percalços do presente e os desafios do futuro. Estamos vencendo nossas crises com paciência, obstinação e devotamento. Não temos que agravá-las com discussões incabíveis no universo rico e conflituoso das legítimas diferenças políticas, ideológicas e doutrinárias. Para isso é preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre convicção que são, sem dúvida, o seu maior patrimônio.

Temos a exata compreensão de que o destino da universidade está íntima e visceralmente ligado ao destino do País. Não há universidade fraca em países ricos, nem universidades ricas em países pobres.

A universidade brasileira não possui, em sua ainda recente história, laivos do velho espírito corporativista que ainda permanece como reminiscência histórica em alguns segmentos de nossa vida institucional. Manifestamos por isso a profunda convicção de que os problemas que afligem a educação brasileira, em geral, e as nossas instituições universitárias, em particular, não são insuperáveis nem insolúveis.

O papel da universidade brasileira

Fortalecida institucionalmente, asseguradas as condições e padrões mínimos de recursos financeiros, estabelecida a possibilidade de recrutamento dos recursos humanos que devem integrá-la, a universidade em nosso País tem um ilimitado papel a cumprir no campo da promoção política, como centro de reflexão crítica dos padrões de organização da sociedade.

No campo social, atua como responsável pela democratização da igualdade de oportunidades para todos no acesso à educação e no desfrute da cidadania; no campo econômico, pela intensificação da pesquisa, pela busca de soluções para a racional exploração e aproveitamento de nossos recursos naturais; e, finalmente, no campo científico, pela procura incessante dos padrões de excelência nas diversas áreas do saber.

Age na educação, proporcionando formação humanística aos que a ela têm acesso; no ensino, propiciando a melhor profissionalização possível para suprir nossas necessidades de mão-de-obra de alta qualificação; na extensão, levando seus recursos a toda a comunidade que a mantém e à qual deve servir; e, na pesquisa, aprofundando as chances de atingir novos conhecimentos, novas técnicas e novas descobertas, que permitam à humanidade caminhar na direção de seu próprio aperfeiçoamento.

O modelo universitário

As discussões atinentes ao modelo a ser adotado pela universidade devem levar em consideração, sobretudo, a qualidade do ensino, a valorização do mérito, a democratização e a integração com o meio, pois que são essas condições fundamentais à sua própria sobrevivência como instituição intelectualmente livre e socialmente comprometida.

As exigências de melhoria da qualidade do ensino estão, em boa medida, associadas à valorização do mérito — inclusive, enquanto instrumento para progressão na carreira docente.

A democratização da administração universitária, requisito fundamental às atividades de ensino e pesquisa, não pode entretanto concorrer para formação de uma mentalidade autárquica e corporativa, promovendo o isolamento institucional.

Nada obstante, o Governo não deve pretender tutelar a universidade, sob pena de violar os princípios democráticos de respeito à liberdade de pesquisa e opinião, que devem pautar sua existência.

Extensão universitária e pesquisa

Os instrumentos para se atingir esse desejável objetivo, que só enriquece a experiência universitária, tornando-a mais combatente e menos indiferente às injustiças, estão inegavelmente ao seu alcance, tanto através das atividades de extensão, que não podem ser desenvolvidas apenas em proveito de seus próprios agentes — professores, técnicos, pessoal administrativo e alunos — mas em benefício de toda a comunidade, quanto por um crescente aprimoramento da pesquisa em todas as suas finalidades, de que há tantos e tão promissores resultados na experiência universitária brasileira.

Compromissos convergentes

Nossos compromissos comuns não são incompatíveis nem conflitantes entre si. Os agentes políticos do Governo têm um compromisso fundamental com o pluralismo, porque sem ele não será possível organizar a liberdade, para que a verdade prevaleça como único e obstinado fim a que devem visar a ciência, o saber e o conhecimento, fundamentos sobre os quais cabe erigir e manter as instituições de ensino superior.

É preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre discussão e livre expressão, sem dúvida, o seu maior patrimônio. É preciso que a universidade, ao lado da sua tríplice missão de ministrar o ensino, realizar a pesquisa e promover a extensão, também não abdique do seu relevante papel de ser o centro de reflexão crítica, tarefa eminentemente política, nem dos problemas do País e da realidade cultural que a cerca.

Missão da universidade brasileira

A universidade tem compromissos inarredáveis com a verdade, com a justiça e com o saber. O que a sociedade que a mantém dela espera não é o alheamento ou passividade ante o espetáculo de transformações de que ambas participam inevitavelmente. Ao contrário, é indispensável que a universidade seja instrumento de transformações e que ela própria esteja em permanente processo de auto-avaliação e adaptação às realidades cambiantes. Essa postura deve, por isso mesmo, encerrar elevado sentido crítico.

Nunca é demais reafirmar a necessidade, entre nós, de um novo projeto de educação, com vistas a dar a todos os brasileiros as condições necessárias ao exercício dos direitos da cidadania e à ampla participação em nosso processo de desenvolvimento.

Educação humanística versus mercado de trabalho

Aliás, o acesso à educação não é apenas uma garantia da igualdade de direitos — apanágio da verdadeira democracia — e um instrumento capaz de ensejar a todos seu pleno engajamento na construção do desenvolvimento; é, também, fundamental para que as pessoas se realizem em toda a sua extensão e em toda a sua integralidade.

A esse respeito, convém lembrar que as idéias em torno dos objetivos da educação, tanto no Brasil quanto nos países de maior

tradição cultural, contemplam uma antiga controvérsia que opõe as exigências humanísticas da formação do homem, como ser social de destinação gregária, às imposições de seu papel como agente econômico na sociedade.

Enquanto os adeptos da primeira linha defendem a chamada educação liberal de cunho humanístico, os seguidores da segunda defendem a prioridade da educação voltada para o atendimento das exigências do mercado de trabalho.

Essa controvérsia sempre teve repercussões no Brasil e influenciou, em diferentes épocas, as sucessivas reformas educacionais que experimentamos. Para que se avalie a importância desse debate, basta assinalar que pelo menos três grandes nações, organizadas sob regimes políticos distintos — Estados Unidos, China e França — discutem e põem em prática, atualmente, reformas em que essa discussão constitui o fundamento da reorientação que buscam para os seus sistemas educacionais. Nós não teríamos como escapar desse choque de concepções.

A conciliação entre perspectivas distintas

Em verdade, a última grande reforma de ensino de 1º e 2º graus que tivemos voltou-se para essa última orientação. Ela se fundou, sobretudo, na terminalidade que se pretendeu dar ao ensino de 2º grau, através da profissionalização de nível médio.

As exigências das modernas sociedades industriais e pós-industriais do mundo contemporâneo, todavia, não tornam antinômicas nem excludentes entre si as duas funções que a educação deve cumprir: preparar integralmente o homem para a sua plena realização pessoal e participação política e proporcionar-lhe, simultaneamente, meios que o habilitem a cumprir a sua função de agente econômico da sociedade em que vive. Ao contrário, em que pesem distintas, são perspectivas complementares e indissociáveis.

Se esse entendimento se aplica à escola básica, por mais forte razão pode ser utilizado para a universidade. Aliás, são igualmente questões comuns aos diferentes níveis de educação as que se relacionam com a qualidade do ensino, o acesso à escola — especialmente por parte dos grupos de menor renda — e a liber-

dade de escolha da educação que se pretende seja oferecida a nossos filhos.

Integração ensino/pesquisa

Ao lado das questões já assinaladas e ainda não resolvidas, a universidade brasileira se defronta com outros tão graves e, ao mesmo tempo, tão relevantes problemas, que não podem, por sua própria natureza, escapar ao universo das preocupações oficiais. Entre eles convém, por exemplo, lembrar que não pode haver também educação de nível superior, nem progresso científico, sem que ensino e pesquisa caminhem juntos, recebam a mesma atenção e sejam permanentemente estimulados, para que acolham os melhores cérebros e despertem as mais dotadas vocações.

Para que cumpra essa função, no entanto, de permanente integração à própria sociedade em que ela se insere, a universidade brasileira precisa ser fortalecida institucionalmente. Não dentro dos padrões concebidos pelo Estado, mas sim nos padrões estabelecidos pela comunidade acadêmica e pela própria sociedade que lhe assegura os meios de existência.

Ensino público e ensino particular

Sobre este tema, deve-se assinalar que o debate a respeito da educação brasileira, ao longo dos últimos trinta anos, tem sido marcado por um acalorado conflito de opiniões entre os que defendem a destinação de recursos públicos exclusivamente à educação patrocinada pelo Estado e aqueles que, ao contrário, propõem também sua alocação em favor da escola particular.

Uma polêmica que assume, a meu ver, termos emocionais. Temos que aceitar como válidas e legítimas as duas correntes de opinião. Como já se disse, a boa convivência democrática exige a aceitação e a militância, dentro da lei, de todas as convicções políticas. Tolerância, no entanto, não significa concordância.

A resolução desse problema passa pela superação da armadilha maniqueísta de que é prisioneiro. A garantia do acesso de todos à escola de boa qualidade é o verdadeiro objetivo da política educacional e chave para solução do problema. A alocação dos

recursos públicos deve observar as circunstâncias de espaço e tempo e as especificidades da atividade educacional financiada, tendo em vista sempre a consecução daquele objetivo.

Preservar o princípio da liberdade

O princípio da liberdade de escolha na educação, preservado em praticamente todos os documentos constitucionais brasileiros, não é incompatível com o conceito de que os recursos da União devem ser prioritariamente direcionados ao ensino público:

Não quer isso dizer, porém, que o Estado não deva incentivar as iniciativas no campo educacional que sejam promovidas por particulares, quando realizadas sem propósitos lucrativos e sob diferentes formas de organização comunitária.

Ninguém neste País pode desconhecer o que tem significado para o desenvolvimento da educação nacional a contribuição que historicamente lhe deram diferentes confissões religiosas e, desde os tempos coloniais, as ordens religiosas e a Igreja Católica. Entendo, pois, que a liberdade de escolha da educação deve continuar a ser assegurada em nosso regime político.

A Constituição promulgada a 5 de outubro de 1988 estabeleceu, em seu art. 213, que "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei".

Missão da universidade

Todos os problemas nacionais, de uma forma ou de outra, estão vinculados à educação. Desafortunadamente, contudo, nem sempre há uma clara consciência dessa realidade, daí por que se exige um esforço mobilizador no sentido de promover-se essa conscientização. O mais virá da adequada combinação entre consciência e ação.

Ora, nesse contexto, a missão da universidade assume transcendental importância. A dinâmica da universidade, sua razão de ser situa-se no próprio cerne do interesse nacional. Não haverá, portanto, desenvolvimento verdadeiro e auto-sustentado sem o seu concurso.

Os compromissos da universidade

A universidade tem compromissos inarredáveis com a verdade, com a justiça e com o saber. O que a sociedade que a mantém dela espera não é o alheamento ou a passividade ante o espetáculo de transformações de que ambas participam, inevitavelmente. Ao contrário, é indispensável que a universidade seja instrumento de transformações e que ela própria esteja em permanente processo de auto-avaliação e adaptação às realidades cambiantes. Essa postura deve, por isso mesmo, encerrar elevado sentido crítico.

Daí seu prestígio e credibilidade acima das aparências, a importância de sua atuação fecunda como núcleo polarizador da inteligência nacional, fomentador de técnicas, criador de saberes, estimulador da pesquisa científica, centro de difusão metódica e progressiva das disciplinas profissionais, incentivador das carreiras liberais e instituição comprometida com a realidade social que a cerca.

Nesse sentido é fundamental que todos nós, enquanto detentores de parcelas de responsabilidades dos caminhos da universidade brasileira, tenhamos sempre presente a eminente dignidade de sua missão, e, assim, tenhamos condições de repetir, como no provérbio de Salomão que, aqui, “a sabedoria edificou para si mesma uma casa”.

Universidade e participação estudantil

Antes de preservar os interesses, é preciso preservar os princípios, sem os quais os interesses não sobrevivem.

É preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre discussão e livre convicção, sem dúvida, o seu maior patrimônio.

Em nossos tempos de vida estudantil participamos de muitos conclave em cujas discussões e debates haurimos positivos ensinamentos.

Como no mundo e na natureza, também a humanidade tem a sua conflituosidade própria.

O papel do movimento estudantil não se situa apenas no campo das idéias, mas também no da atuação prática. Ao papel crítico da reflexão, a que deve se dedicar o estudante, junta-se necessariamente o da atuação prática como forma de se preparar não só para a vida profissional, como componente essencial do mercado de trabalho, mas sobretudo para o exercício ativo e participante da cidadania.

Se esse papel é relevante nas sociedades desenvolvidas, pois é da continuidade da participação política dos cidadãos que depende a vitalidade do organismo político e da vida social, muito mais acentuado ele se torna quando se trata dos países em desenvolvimento.

Preparação para a cidadania

O papel do estudante brasileiro, portanto, dada a natureza de sua participação na vida pública, não pode ser diferente nem diverso do que deve ser o papel de qualquer estudante, em qualquer país do mundo, na busca de soluções para o desafio de cada geração e os obstáculos de cada época.

Fazem parte da própria preparação para a cidadania não só o exercício da reflexão crítica e das soluções possíveis para os desafios que devem constituir a parte substantiva da vida acadêmica e curricular de todas as universidades, os diferentes campos do conhecimento humano, mas sobretudo a ação política que pressupõe o confronto das idéias, das crenças e das convicções individuais.

Nos países em desenvolvimento, a esta função vital do movimento estudantil deve-se somar circunstância muito peculiar, pois os que têm acesso à universidade integram aquela parcela que termina construindo um corpo privilegiado da sociedade destinada quase sempre ao exercício do poder, compondo o que os cientistas políticos denominam de elite política.

Exatamente por isso, as duas tarefas adquirem dupla realidade social: a de se dedicarem à discussão e à reflexão crítica dos nossos problemas e desafios e, paralelamente, a de lutar de forma objetiva, e com os instrumentos a seu alcance, pela liderança nos processos de mudanças e transformações.

Uma tradição brasileira

Esse papel ativo de liderança foi exercido tradicionalmente no Brasil pelos estudantes em geral e pelos universitários em particular, antes mesmo da criação de entidades representativas do movimento estudantil, de que a UNE foi sempre a maior expressão.

Não há necessidade de referir-se aqui à contribuição que representou, em diferentes momentos de nossa história, a participação de estudantes brasileiros em etapas decisivas, como a Abolição, a República, a Campanha Civilista e, virtualmente, todas as grandes questões cívicas e políticas.

A participação que torna aberto e democrático o processo de decisão política foi sempre uma das mais persistentes caracte-

rísticas do movimento estudantil brasileiro, especialmente depois da organização da União Nacional dos Estudantes.

As uniões estaduais de estudantes, os DCE e a própria UNE supriram uma importante função política no País. Não só com o papel ativo de liderança ao lado de outras instituições representativas da sociedade brasileira, mas como verdadeiras escolas de formação cívica de líderes que tiveram presença marcante no processo político, ao longo dos últimos 40 anos.

Participante desse processo, como dirigente estudantil, posso testemunhar o quanto foi útil para a vida pública o período de formação acadêmica de nossa geração.

O pluralismo é fundamental

Hoje, o movimento estudantil retoma a sua caminhada e volta a exercer o seu papel na vida pública brasileira.

Entendemos que o pluralismo é fundamental para que a UNE e as demais entidades estudantis cumpram o seu papel. É, porém, indispensável que na disputa democrática pela direção dos órgãos de representação estudantil e na própria militância política dos estudantes sejam assegurados os padrões da prática democrática que implicam a convivência pacífica e fraterna dos contrários.

A divergência, que é sempre conflituosa, não pode resultar na supressão das idéias, nem na destruição dos adversários. Só a livre expressão e o livre debate das idéias vitalizam o processo político.

E isso, que foi sempre a prática política do movimento estudantil brasileiro, deve ser preservado.

Os desafios e as tarefas a serem enfrentados pelos movimentos sociais que constituem a comunidade universitária brasileira são por demais importantes para que sejam sopitados, superados ou sufocados pelo interesse partidário ou de facções políticas, por mais legítimas e representativas que elas possam ser. Antes de preservar os interesses, é preciso preservar os princípios, sem os quais os interesses não sobrevivem.

E esta é, hoje, no meu entender, a tarefa histórica e ao mesmo tempo o maior desafio que o movimento estudantil brasileiro vai enfrentar, a partir deste momento crucial de sua organização.

O papel da UNE

Entendemos que a UNE tem um papel a cumprir, mas que só poderá fazê-lo à medida que preservar a vocação libertária e democrática presente em suas origens.

As responsabilidades de que se investem os seus dirigentes, a partir da restauração democrática, que é uma conquista política de todo o País, se ampliam à proporção que as desafiadoras tarefas a serem cumpridas daqui por diante impõem necessariamente o reconhecimento de que em toda caminhada há sempre êxitos e derrotas, avanços e recuos. O que não pode haver é a interrupção da linha ascendente em busca das mudanças, que poderão ser sufocadas por toda e qualquer forma de facciosismo — que é a pior das manifestações de autoritarismo contemporâneo.

Acredito, pois, que o movimento estudantil brasileiro, através da UNE, que renasceu para cumprir o papel que lhe foi reservado por um notável patrimônio de atividades em que o interesse nacional foi sempre o principal móvel de sua atuação e de seus êxitos, venha, mais uma vez, prestar sua contribuição ao País e suas instituições. De tal sorte que nós possamos, por esse caminho, consolidar as instituições democráticas e construir uma política de desenvolvimento que esteja atenta ao que o homem necessita de bem-estar e justiça social.

27 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
a n o s

